

## Política *Think tank* reúne especialistas de diferentes áreas

# Habitação: grupo de peritos criado pela PGR alerta para risco de fraudes no PRR

Grupo que acompanha execução do PRR recomenda reforço do controlo das candidaturas. Regras foram aligeiradas para colmatar falta de recursos humanos

**Maria Lopes**

A alteração dos procedimentos das candidaturas a fundos do PRR – Plano de Recuperação e Resiliência na área da habitação, que passou a permitir a aprovação tácita das candidaturas e um pagamento antes da análise do processo, causou grande preocupação no grupo de peritos que acompanha a execução do plano de ajuda por verem aqui uma situação que potencia o risco de fraudes e irregularidades.

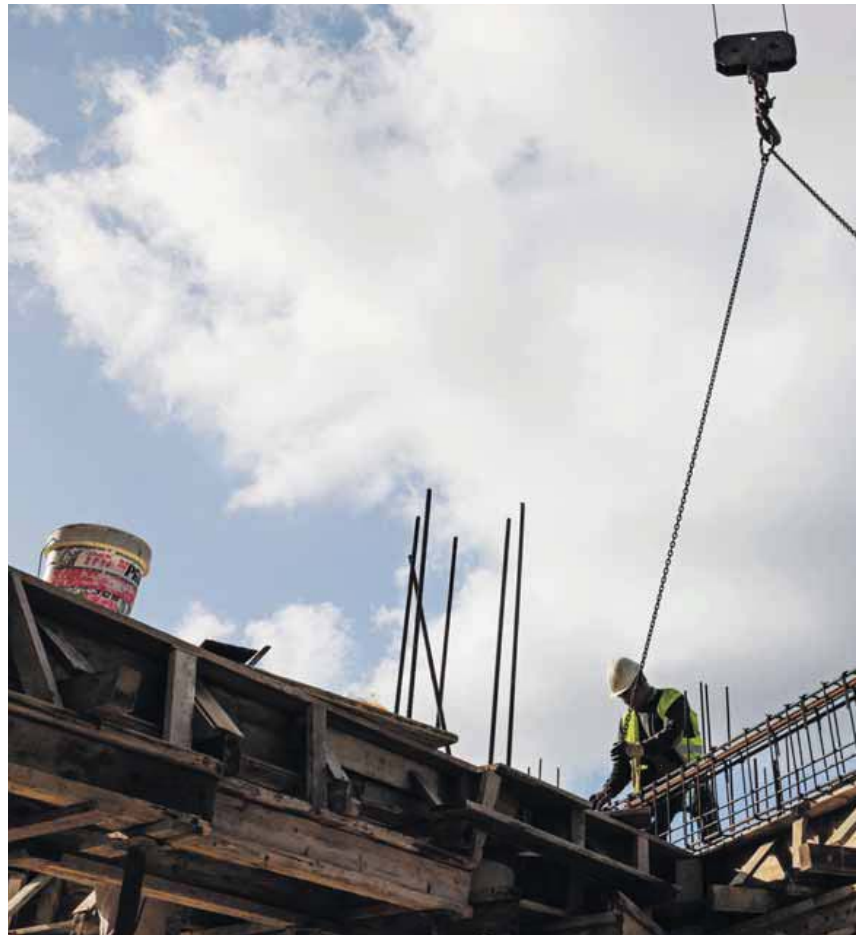
De tal modo que o *think tank* elaborou uma recomendação à Estrutura de Missão Recuperar Portugal para que considere “reforçar o controlo das operações apoiadas pelo PRR” que sejam aprovadas ao abrigo das novas regras que entraram em vigor no início de Junho. Porque, argumenta, o adiantamento de verbas “com base em decisões de aprovação tácitas e prévias à própria análise das candidaturas potencia o risco de ocorrências susceptíveis de configurarem irregularidades e fraudes já depois de feitas disposições patrimoniais”, lê-se na recomendação que enviou há dias à estrutura de missão e ao Ministério das Infra-Estruturas e Habitação.

Este grupo de reflexão multidisciplinar foi criado em 2020 pela PGR para antecipar estratégias de prevenção e combate a fraudes no processo dos fundos do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). Coordenado pela procuradora-geral adjunta Ana Carla Almeida, estão representados no *think tank*, além

do DCIAP, as procuradorias regionais de Coimbra, Porto, Évora e Lisboa, e também o Banco de Portugal, Banco de Fomento, Tribunal de Contas, Inspeção-Geral de Finanças, TIAC – Transparência e Integridade, OLAF – Organismo Europeu de Luta Antifraude, IFAP – Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, Nova SBE, Iscte, Agência para o Desenvolvimento e Coesão, Ordem dos Revisores de Contas e Polícia Judiciária.

No início de Maio, o Governo anunciou, no âmbito do seu pacote para a habitação, a criação de um mecanismo denominado termo de responsabilidade que seria assinado com as autarquias com o objectivo de acelerar projectos que estas candidataram ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), e que estavam “completamente parados” para aprovação no Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU). As autarquias passam assim a ter um papel central no desenvolvimento e aplicação da estratégia para resolver o problema da falta de habitação, dispensando-se assim a autorização e a análise prévia por parte do IHRU.

O presidente de câmara assume a responsabilidade de que o projecto que é apresentado está completamente conforme as regras das cartas municipais da habitação, e que será executado seguindo escrupulosamente o planeado. Muitos autarcas vieram criticar a estratégia recusando arcar com essa responsabilidade e a presidente da ANMP – Associa-



ção Nacional de Municípios, em entrevista ao PÚBLICO, chegou a defender que os autarcas não podem assumir, pessoalmente, estas responsabilidades, e questionou quem assumirá a responsabilidade se houver falhas no processo, alegando que não poderão ser os autarcas.

Questionado pelo PÚBLICO sobre se e como tenciona aplicar a recomendação do *think tank*, o gabinete do ministro das Infra-Estruturas e Habitação não subscreve as preocupações apontadas e alega que o Termo de Responsabilidade e Aceitação (TRA) “não consubstancia aprovação tácita ou prévia à análise da candidatura”. “Pelo contrário, a apreciação e análise da candidatura pelo IHRU segue o seu caminho até decisão final (seja esta de aprovação ou rejeição)”, acrescenta. Ou seja, Miguel Pinto Luz não considera que o primeiro ok dos serviços, mesmo antes de qualquer análise do processo (que permite aos beneficiários receberem uma parte do dinheiro envolvido no projecto), seja indício

**Programa de apoio à habitação financiado pelo PRR prevê a conclusão de obras e entrega de 26 mil fogos até 2026**

**Procuradora Ana Carla Almeida alerta que não há recursos humanos suficientes para processos céleres**

**Ministro das Infra-Estruturas, Miguel Pinto Luz, diz não ver riscos acrescidos de irregularidades**

de que há certeza de uma aprovação ou que seja desde logo uma espécie de aprovação tácita, já que, mesmo depois dessa primeira aceitação, a decisão final do IHRU pode ser positiva ou negativa.

“Não vislumbramos qualquer risco de ocorrências susceptíveis de irregularidades ou fraudes nas candidaturas que acresçam pela subscrição do TRA, com vista à libertação da primeira *tranche*”, defende o ministério de Miguel Pinto Luz. Que sustenta que o termo de responsabilidade “acautela na sua redacção que a entidade se compromete a dirimir e a esclarecer quaisquer questões relativas aos requisitos, condições de acesso e de elegibilidade da candidatura que venham a ser colocadas pelo IHRU”.

Para isso, há um prazo de dez dias úteis até ao pedido do primeiro desembolso (ou seja, da segunda *tranche*) “sob pena de caducidade da candidatura, do não-desembolso do montante do financiamento previsto ou da ordem de devolução, por parte do município, da verba



anteriormente recebida”.

Ainda na passada semana, o Governo assinou mais 18 termos de responsabilidade com vários municípios, maioritariamente da região de Lisboa e Vale do Tejo, para a construção e reabilitação de habitação acessível, no âmbito do PRR. Na altura, Luís Montenegro garantiu que tudo fará para construir o dobro dos fogos previstos no PRR até 2026. Os autos ou termos de responsabilidade assinados agora com as autarquias permitem que a aprovação das candidaturas pendentes no IHRU aconteça enquanto a construção de habitações “já está no terreno”, notou o primeiro-ministro.

Na mesma altura, o Governo aprovou em Conselho de Ministros o reforço de 400 milhões de euros das verbas destinadas à habitação, valor que se junta aos 390 milhões aprovados pelo anterior executivo e aos 1400 milhões de euros, atribuídos pelo PRR, para a construção de 26 mil fogos. O primeiro-ministro salientou que, estando esse financiamento assegurado, “falta execu-

tar estas 26 mil habitações” e “tratar de outras tantas”.

Ao PÚBLICO, a procuradora Ana Carla Almeida, dinamizadora do grupo, admite que o Governo está numa “posição extraordinariamente difícil”, sobretudo à medida que se vai aproximando o prazo para a execução das verbas. “Quanto mais pressionadas estiverem as entidades para a execução, maior a propensão para a fraude e irregularidades, assim como para a má avaliação.”

A magistrada afirma que a estrutura de missão tem candidaturas formalizadas, mas “não tem recursos humanos suficientes para responder rapidamente à burocracia e pôr o processo a andar”. Se algo correr mal, haverá direito à restituição do dinheiro.

“Compreendemos as exigências prementes que o Governo tem para fazer avançar o PRR, mas achámos importante chamar a atenção das instituições de controlo por causa do risco acrescido”, alegou a procuradora.

No texto da recomendação recor-

da-se que, em Junho, uma portaria veio substituir o projecto de resolução de 2021, alterando a ordem dos procedimentos de apresentação, análise e aprovação de candidaturas pelo IHRU: agora, a análise das candidaturas “ocorrerá em momento posterior ao da aprovação das candidaturas”.

O que leva o *think tank* a dizer que esta revisão da portaria “não se limita a alterar o modelo e os elementos essenciais para efeitos de instrução das candidaturas (...) mas instituiu uma alteração substancial às regras”, que leva a que a análise seja feita depois de haver obras aprovadas.

No relatório que publicou esta semana, a comissão nacional de acompanhamento (CNA) do PRR faz uma apreciação “preocupante” dos programas de acesso à habitação e do parque público a custos acessíveis. No primeiro caso, a CNA realça que a situação é complicada devido à “complexidade de cada projecto e à quantidade de projectos a executar num curto espaço de tempo”. E recomenda que sejam tornados públicos os “dados referentes aos projectos aprovados, respectivos financiamentos, bem como os fogos entregues”.

Também pede que seja avaliado “o grau de maturidade de cada projecto, de forma que aqueles em que manifestamente se torne inverosímil a conclusão dentro do prazo estabelecido no PRR possam ser substituídos por outros que permitam alcançar a meta definida”. E repete o alerta do relatório do ano passado para que comecem a ser avaliadas as “estratégias de sustentabilidade e continuidade da manutenção dos imóveis no futuro que, sendo uma necessidade actual, se podem transformar numa subsídio contínua deste parque público”.

A meta do programa de apoio ao acesso à habitação é de 26 mil fogos terminados e entregues às famílias até Março de 2026 com metas intermédias de 1500 em Setembro de 2023 e 10.000 em Março do próximo ano. Em Março deste ano já havia candidaturas a totalizar mais de 26 mil fogos e a última fase, que terminou no final desse mês, registara três vezes mais candidaturas em dois meses do que em todo o restante período.

Nessa altura, já estavam terminados 2000 fogos e havia a perspectiva de ter todos os projectos avaliados até ao final deste mês de Julho, para o que seria preciso contratar serviços externos.

No início do passado mês de Junho, a avaliação das candidaturas mostrava uma “diversidade de maturidades de projecto e obra”, e havia candidaturas que precisavam “de ser melhoradas” e que tinham “grandes falhas ao nível da sua instrução”.

# Grupo de peritos criado pela PGR alerta para risco de fraude no PRR da habitação

Enviou recomendação ao Governo.  
Pede reforço do controlo das operações aprovadas com as regras que entraram em vigor em Junho **Política, 10/11**